



Índice

Prefácio	XI
CAPÍTULO I — Justiça Eleitoral	1
1. Escorço histórico	1
2. Órgãos da Justiça Eleitoral	3
3. Competência	6
4. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições	7
CAPÍTULO II — Ministério Público Eleitoral	11
1. Composição	12
2. Atribuições	13
3. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral	14
CAPÍTULO III — Crimes eleitorais	17
1. Conceito	18
2. Direito comparado e crimes eleitorais	19
3. Legislação brasileira	22
4. Crimes de plástico	37
5. Natureza jurídica	40
6. Bens jurídicos tutelados	42
6.1. Lacunas e Direito Penal	43
6.2. Bem jurídico-penal difuso	45
7. Características da norma penal eleitoral	46
8. Classificação doutrinária	49
8.1. Crimes eleitorais puros ou específicos	50
8.2. Crimes eleitorais acidentais	51
9. Classificação quanto à fase do processo eleitoral	51
10. Sanções penais e crimes eleitorais	53
11. Propostas de modificações à legislação penal eleitoral formalizadas ...	58

CAPÍTULO IV — Princípios constitucionais penais aplicáveis aos crimes eleitorais.....	61
1. A colisão entre princípios e leis	64
2. Princípio da dignidade da pessoa humana	65
3. Princípio da legalidade.....	68
4. Princípio da anterioridade ou da reserva legal	71
5. Princípio da culpabilidade.....	72
6. Princípio da intervenção mínima ou necessidade.....	74
7. Princípio da lesividade ou ofensividade.....	76
8. Princípio da insignificância	78
9. Princípio da proporcionalidade	79
10. Princípio da adequação social	82
11. Princípio da inderrogabilidade ou inevitabilidade.....	83
12. Princípio da humanidade	84
CAPÍTULO V — Crime de corrupção eleitoral.....	87
1. Conceito.....	89
2. Escorço histórico	89
3. Direito comparado.....	92
3.1. França.....	92
3.2. Alemanha.....	94
3.3. Portugal.....	96
3.4. Espanha.....	97
3.5. Canadá	99
3.6. Argentina	101
4. Corrupção eleitoral ativa	103
5. Corrupção eleitoral passiva	105
CAPÍTULO VI — Processo Penal Eleitoral	107
1. Suspensão condicional do processo e corrupção eleitoral	112
2. Investigação dos crimes eleitorais	113
3. Competência em matéria eleitoral	115
3.1. Conexão entre crime eleitoral e crime comum	118
3.2. Conexão entre crime eleitoral de menor potencial ofensivo e crime comum.....	120

4. Prisão e período eleitoral	121
5. Ação penal eleitoral	124
5.1. Procedimento	125
6. Recursos	127
 CAPÍTULO VII — Da captação irregular de sufrágio	129
1. Caracterização da infração administrativa e sua apuração	131
2. Procedimento administrativo	133
3. Sanções	136
 CAPÍTULO VIII — A necessidade de uma nova leitura dos crimes eleitorais, em especial da corrupção eleitoral, frente aos mandados de criminalização contidos na Constituição Federal	141
1. Estado Democrático de Direito	141
2. Estado Democrático de Direito e Direito Penal	143
3. Direito Penal e ideologia	146
4. Bem jurídico-penal	147
5. Mandados de criminalização ou penalização contidos na Constituição Federal – Hipóteses de obrigatória intervenção do legislador penal.....	151
5.1. Critérios para eleição dos mandados de criminalização	164
5.2. Mandados implícitos de criminalização	165
6. O combate à corrupção eleitoral como elemento necessário à preservação de direitos e garantias fundamentais	166
7. Dogmática penal e política criminal em matéria eleitoral	171
8. O Direito Penal como instrumento de mudança social	178
 Conclusões	181
 Referências	187